

DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS SOCIAIS: Uma Análise Comparativa dos Indicadores em Minas Gerais (2000-2010)

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2021.57.9902>

Recebido em: 12/3/2019

Aceito em: 29/7/2021

Rafaela Maiara Caetano¹, Samanta Borges Pereira², Elisa Pereira Murad²,
Sabrina Soares da Silva², Luiz Marcelo Antonialli²

RESUMO

Este artigo aborda o tema do desenvolvimento no que se refere à urgência de suplantando o conceito como sinônimo de crescimento para superar os agravamentos dos problemas advindos dessa concepção. O objetivo foi verificar se os investimentos em políticas sociais provocaram mudanças no bem-estar social dos municípios mineiros entre 2000 e 2010. Com o software SPSS e com base nos dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Atlas do Desenvolvimento Humano, foram realizadas análises para os 853 municípios do Estado de Minas Gerais por meio do Índice de Bem-Estar Social (Ibes), composto por subíndices (saúde e saneamento, educação e aspectos econômicos). O referencial teórico baseou-se nas discussões sobre desenvolvimento social e sustentável (VEIGA, 2001; SACHS, 2004; SACHS 2008), políticas públicas sociais (SERAFIM; DIAS, 2012; CASTRO; OLIVEIRA, 2014; DOWBOR, 2018) e IDH (GUIMARÃES; FEICHAS, 2009). A metodologia dividiu-se em duas etapas. Os resultados demonstram que os gastos em saúde e saneamento, habitação e previdência social foram os que tiveram maior impacto sobre o Ibes, demonstrando que investimentos governamentais geram mudanças significativas para a população. Os resultados encontrados reforçam as discussões acerca do papel do desenvolvimento, que deve corresponder à expansão das potencialidades humanas e não apenas de bens de consumo (VEIGA, 2001), e deve ser visto como um processo que reduz as distâncias sociais que separam as diferentes camadas da população (SACHS, 2004).

Palavras-chave: Desenvolvimento; bem-estar; saúde; educação; aspectos econômicos.

DEVELOPMENT AND SOCIAL POLICIES: A COMPARATIVE ANALYSIS OF INDICATORS IN MINAS GERAIS (2000-2010)

ABSTRACT

This article approaches the theme of development with regard to the urgency of supplanting the concept as a synonym for growth, in order to overcome the aggravation of the problems arising from this conception. The objective was to verify whether investments in social policies caused changes in the social well-being of municipalities in Minas Gerais between 2000 and 2010. Through the SPSS software and based on data obtained by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Atlas of Development Human, analyzes were carried out for the 853 municipalities of the State of Minas Gerais, through the Social Welfare Index (Ibes), composed of sub-indices (health and sanitation, education, and economic aspects). The theoretical framework was based on discussions on social and sustainable development (VEIGA, 2001; SACHS, 2004; SACHS 2008), social public policies (SERAFIM; DIAS, 2012; CASTRO; OLIVEIRA, 2014; DOWBOR, 2018), and HDI (GUIMARÃES; FEICHAS, 2009). The methodology was divided into two stages. The results show that spending on health and sanitation, housing, and social security had the greatest impact on Ibes, demonstrating that government investments generate significant changes for the population. correspond to the expansion of human potential and not just consumer goods (VEIGA, 2001) and should be seen as a process that reduces the social distances that separate the different layers of the population (SACHS, 2004).

Keywords: Development; well-being; health education; economic aspects.

¹ Autora correspondente. Universidade Federal de Lavras (Ufla). Aqueanta Sol. Lavras/MG, Brasil. CEP 37200-900. <http://lattes.cnpq.br/0421579990633622>. <https://orcid.org/0000-0003-1633-2344>. rafaellamaiara@hotmail.com

² Universidade Federal de Lavras (Ufla). Lavras/MG, Brasil.

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda o tema do desenvolvimento no que se refere à urgência de suplantar o limite do conceito como sinônimo de crescimento para superar os agravamentos dos problemas sociais, econômicos, culturais e ambientais advindos dessa concepção. Acredita-se que o crescimento econômico, por si só, não é suficiente e questiona-se se os incrementos positivos no produto e na renda total estão sendo orientados para a promoção do desenvolvimento social. O Brasil, país com uma das maiores taxas de desigualdade do mundo e com uma economia entre as dez maiores, é um bom exemplo de que os indicadores econômicos não são suficientes para garantir bem-estar à sua população.

O presente trabalho parte das concepções de desenvolvimento de Sachs (2004, 2012), Sachs (2008), Cattani (2003), Souza (2011), Furtado (2004), Veiga (2001), Arrighi (1997), Dowbor, Sachs e Lopes (2010) para apresentar os argumentos sobre a tensão entre crescimento, desenvolvimento e desigualdades. Experiências exitosas no desenvolvimento de países contaram com forte ação estatal, resultado da criação de políticas e programas sociais (CASTRO, 2012; CASTRO; OLIVEIRA, 2014). As discussões sobre desenvolvimento e políticas sociais que afloraram nos anos 1990 demonstraram a necessidade de renunciar a falsa separação entre gastos econômicos-produtivos e gastos sociais, haja vista que estes últimos são fundamentais para a economia e para o desenvolvimento humano (ROTTA; DOS REIS, 2007).

Quando o Estado direciona recursos para a base da sociedade, as famílias transformam sua renda em consumo, aumentando a demanda por bens e serviços, que expande as atividades produtivas por parte das empresas e gera impostos sobre o consumo e sobre a atividade empresarial e receitas para o Estado por meio dos impostos sobre a produção, possibilitando ampliar os investimentos em infraestruturas e políticas sociais (DOWBOR, 2018).

A finalidade primeira de uma política social é a proteção social, a prevenção contra riscos, a redução das desigualdades e da pobreza, a promoção da justiça social e a efetivação de capacidades (PASSOS; GUEDES, 2015). Entre 2002 e 2010 o Brasil investiu em programas e ações integradas; o Estado passou por remodelações e se tornou um agente ativo no desenvolvimento social, instância promotora de políticas públicas voltadas aos direitos sociais (SAMPAIO, 2010; CASTRO, 2012). O crescimento do gasto social entre 1995 e 2010 foi de 172%. Considerando o crescimento populacional, o gasto social *per capita* passou de R\$ 1.471,46 em 1995 para R\$ 3.324,84 em 2010 (CASTRO *et al.*, 2012).

Diante disso, o problema que norteou este trabalho desenhou-se na seguinte pergunta: Os investimentos em políticas sociais realizados entre 2000 e 2010 resultaram em mudanças sociais nos municípios de Minas Gerais? O programa de governo de 2003 alinhou crescimento econômico com redistribuição social e proporcionou melhoria de vida para grande parte da população brasileira, que sempre esteve à margem da riqueza socialmente produzida (PASSOS; GUEDES, 2015). As políticas públicas, entretanto, têm efeitos regionalizados, podendo refletir uma resposta mais universal ou mais distante sobre o desenvolvimento das regiões (PETRANSKI; TERNOSKI, 2021).

Nesse sentido, o objetivo foi verificar se os investimentos em políticas sociais provocaram mudanças no bem-estar social dos municípios mineiros entre 2000 e 2010. Pretende-se saber em quais regiões do Estado mineiro as mudanças foram mais significativas. Assim, busca-se en-

tender o reflexo dos investimentos sociais em forma de gastos no bem-estar e na melhoria das condições de vida da população mineira. As mudanças no bem-estar social referem-se às alterações no Índice de Bem-Estar Social (Ibes) construído, ou seja, à mudança quantitativa para melhor ou para pior do índice. Da mesma forma, as regiões com mudanças mais significativas serão aquelas que apresentarem melhores variações positivas no índice durante o período analisado. Esta análise contribui com a discussão sobre o impacto dos gastos sociais no bem-estar da população, dando subsídios para a análise no desenvolvimento de políticas públicas.

Este artigo está organizado em seis partes: Introdução, apresentando o problema e os objetivos da pesquisa; Referencial Teórico sobre Desenvolvimento e Políticas Sociais; Metodologia, trazendo a descrição da formação do índice e o detalhamento dos caminhos da pesquisa; Análises dos resultados; Considerações finais; e a relação das Referências Bibliográficas mencionadas neste trabalho.

DESENVOLVIMENTO COMO CAMINHO DE EXPANSÃO DAS POTENCIALIDADES HUMANAS

O conceito preponderante de desenvolvimento traz o crescimento econômico como essencial ao progresso e à prosperidade, o que não seria um equívoco se a consequência não provocasse desigualdades e exclusão. Em condições de partida desiguais, parece incongruente almejar um desenvolvimento equânime. Essa concepção de desenvolvimento e progresso, fundada no crescimento econômico, circunscreve-se ao período da Revolução Industrial com o processo da industrialização, que provocou a própria conscientização das desigualdades existentes.

O crescimento econômico promovido pelas forças do mercado trouxe resultados sociais opostos aos almejados com o aumento das diferenças sociais, a concentração de riqueza e a marginalização de uma parcela da população (SACHS, 2004). Diante disso, o desenvolvimento é um processo que deve compatibilizar o econômico – diversificando as estruturas produtivas, usufruindo de incrementos significativos da produtividade de trabalho, base do aumento do bem-estar – com o social –, reduzindo as distâncias sociais que separam as diferentes camadas da população (SACHS, 2004).

Logo, o desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade, mas, primeiramente, o caminho de acesso a formas sociais que estimulem a criatividade humana e respondam às aspirações da coletividade (FURTADO, 2004). Para Veiga (2001), o desenvolvimento deve corresponder à ampliação das possibilidades de escolha, não apenas de bens de consumo, mas das oportunidades de expansão das potencialidades humanas que dependem de fatores socioculturais, como saúde, educação, comunicação, direitos e liberdade.

As tentativas dos governos dos países em desenvolvimento em trazer o modelo econômico dos países desenvolvidos para dentro de seus limites territoriais, apontam as dificuldades de equiparação do estilo de vida entre eles. Com a industrialização e a urbanização (característicos dos países ricos) estes governos ansiavam por atingir o patamar de riqueza e poder dos países centrais. A industrialização, todavia, não cumpriu a sua promessa. O processo provocou incalculáveis custos humanos e ecológicos para a maioria das pessoas envolvidas e trouxe pouca equiparação com o padrão de riqueza estabelecido pelo ocidente (ARRIGHI, 1997).

Diante dessas questões, Sachs (2012) propõe um fim ao “escândalo da desigualdade abissal” e discorre sobre esse desequilíbrio social: “uma pequena minoria ocupa as cabines espaçosas e confortáveis do convés da espaçonave Terra, enquanto a grande maioria é condenada a uma vida miserável em pequeninas celas, tendo de trabalhar duro para sobreviver precariamente” (p. 8). Essas afirmações mostram que o modo de produção industrial ocidental foi insuficiente para promover inserções sociais e econômicas decentes.

O trabalho, no sentido de igualdades e acesso equânime, não foi capaz de gerar formas sustentáveis de inserções individuais, coletivas, ambientais e culturais. Dimensões graves de desigualdade e injustiça estão naturalizadas, e no Brasil a igualdade nunca foi uma inspiração coletiva que ensejou uma desresponsabilização dos indivíduos e das instituições. As desigualdades estão no centro das questões que afligem a humanidade (CATTANI, 2003).

Dowbor, Sachs e Lopes (2010, p. 9) questionam se estaríamos vivendo realmente melhor com estes rumos, uma vez que os desequilíbrios sociais estão se demonstrando tão graves quanto os desequilíbrios ambientais. Os autores argumentam:

Já morreram 25 milhões de pessoas de Aids, e estamos discutindo o valor das patentes, porque a pirataria, evidentemente, não é ética. Deixamos morrer dez milhões de crianças por ano de causas ridículas, e aparentemente não é um problema ético, nada em todo caso que não seja resolvido com um pequeno programa corporativo de ajuda a uma favela ou a uma escola. [...]. Nada disto, aparentemente, constitui uma situação de crise. Crise é quando os especuladores param de ganhar dinheiro, e para enfrentá-la todo o dinheiro necessário foi encontrado, dezenas de vezes o que seria necessário para enfrentar os dois dramas do planeta: o ambiental e o social (p. 9).

Logo, o desenvolvimento deve equilibrar as cinco diferentes dimensões (ambiental, econômica, social, cultural e espacial) e resultar em melhora da qualidade de vida da população e aumento do esforço pela diminuição da pobreza, buscando alternativas compatíveis com a capacidade de suporte dos ambientes naturais e culturais, evitando cair na armadilha da competitividade autodestrutiva (SACHS, 2008).

No que se refere à relação entre as dimensões social, econômico e ambiental, a abordagem do desenvolvimento sustentável compreende que o fenômeno se relaciona à satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de conseguirem satisfazer suas próprias necessidades (WCED, 1987). A discussão a respeito da integração entre as três dimensões também aparece na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), quando foram estabelecidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), contemplando 17 objetivos delineados em 169 metas, envolvendo questões econômicas, sociais e ambientais, tais como: saúde e bem-estar, erradicação da pobreza, indústria, inovação e infraestrutura, cidades e comunidades sustentáveis, dentre outras (IPEA, 2018). Vê-se, assim, esforços realizados em busca da justiça social e do combate às desigualdades, alinhados aos objetivos sustentáveis, de modo a nortear ações governamentais (ZEIFERT; CENCI; MANCHINI, 2020).

Sachs (2004) aposta no poder do Estado e na valorização de políticas públicas que assegurem emprego decente, além de um conjunto de políticas sociais compensatórias, uma vez que são essenciais enquanto existirem as discrepantes diferenças sociais e os níveis de exclusão conhecidos hoje no Brasil. Para além do emprego, há urgência, também, na promoção do acesso universal à educação, saúde, saneamento e moradia.

Identifica-se que as pautas sociais têm obtido certos avanços, especialmente na América Latina, em busca de sociedades mais justas e igualitárias a partir de políticas públicas que proporcionam maiores incentivos ao desenvolvimento social e econômico (ZEIFERT; CENCI; MANCHINI, 2020). No Brasil, entre 1988 e 2015, houve uma redução de 37% para menos de 10% da parcela da população abaixo da linha da pobreza (OXFAM BRASIL, 2017).

Com isso, para o presente trabalho entende-se que o desenvolvimento deve ser apreendido tendo em vista sua dinâmica processual que não leve à destruição dos potenciais recursos da natureza. É um conceito que deve ser interpretado tendo o aspecto social no comando, o ecológico como restrição e o econômico recolocado em seu papel instrumental (SACHS, 1995).

A sessão seguinte discutirá as políticas públicas que foram instituídas nos últimos anos no país com a perspectiva de diminuição das desigualdades, superação da pobreza e melhoria da qualidade de vida da população, principalmente os estratos mais marginalizados.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS E O INVESTIMENTO EM PESSOAS

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, estabeleceu direitos sociais fundamentais que abrangem educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados (BRASIL, 1988). Para materializar esses direitos o Estado atua na formulação, execução e condução de políticas públicas, traduzidas em programas e ações de governo que apresentam um conjunto de procedimentos e alocação de recursos destinados a atender às demandas de interesse coletivo (SOUZA, 2003; SERAFIM; DIAS, 2012; CASTRO; OLIVEIRA, 2014).

No que diz respeito às políticas sociais, elas se referem a decisões políticas socialmente construídas, resultado de negociações competitivas ou cooperativas entre grupos com demandas distintas e compreensões diferentes sobre o que a sociedade deve ser (MAINGÓN, 1992). Elas originam-se nos movimentos populares do século 19 a partir dos conflitos entre capital e trabalho que emergem das primeiras revoluções industriais (HÖFLING, 2001). Para as finalidades deste trabalho, políticas sociais referem-se a estratégias e políticas de proteção social elaboradas pelo Estado para redistribuir os benefícios sociais e diminuir as desigualdades estruturais (HÖFLING, 2001; CEJA, 2004). Trata-se das políticas públicas destinadas a garantir os direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988.

As políticas sociais compreendem investimentos nas pessoas, assegurando o consumo coletivo e melhorando o bem-estar das famílias, tornando a economia mais produtiva (DOWBOR, 2018). Nesse sentido, os gastos sociais têm papel fundamental para diminuir essas desigualdades, aumentando, direta e indiretamente, a renda das famílias mais pobres por intermédio de programas de transferência de renda e oferecendo serviços essenciais à população, especialmente por meio de gastos públicos com saúde e educação (OXFAM BRASIL, 2017).

Dowbor (2018) atenta para o uso do termo “gastos” quando se refere a investimentos em políticas sociais, e, há tempos, em contabilidade entende-se essas rubricas como investimento nas pessoas. Segundo o autor, foram investimentos dessa natureza que geraram os principais milagres econômicos, em particular na Ásia, mas também na Finlândia e em outros países. Para Kerstenetzky (2012), na perspectiva do investimento social, a política social não tem função unicamente redistributiva e amenizadora de desigualdades, mas permite gerar retornos eco-

nômicos (emprego, renda, receita pública) e sociais amplos (equidade de gênero, redução da desigualdade entre as mulheres, minimização do processo de transferência intergeracional da pobreza), de longo prazo, que contribuem para a sua própria manutenção³.

Em termos gerais, o gasto social federal em 1995 era de 11,24% (R\$ 234 bilhões) do Produto Interno Bruto (PIB) e de 12,92% em 2002. No final de 2003 esse gasto foi de 12,95% do PIB, saltando para 15,54% do PIB (638,5 bilhões) em 2010, crescimento real de 172% em 16 anos. Considerando o crescimento populacional, o gasto social *per capita* passou de R\$ 1.471,46 em 1995 para R\$ 3.324,84 em 2010 (CASTRO *et al.*, 2012).

O gasto social federal por área de atuação também apresentou crescimento. Na área da saúde o investimento foi de R\$ 44, 2 bilhões em 2002 e 68,8 bilhões em 2010. Na educação o gasto foi de R\$ 19,9 bilhões em 2002, saltando para 45,5 bilhões em 2010. Na assistência social foi de R\$ 2,3 bilhões em 2002, para 4,5 bilhões em 2010. O gasto em emprego e defesa do trabalhador saiu de R\$ 14,9 bilhões em 2002 para R\$ 33,8 bilhões em 2010. Em habitação o gasto foi de R\$ 9 bilhões em 2002, aumentando para R\$ 33,1 bilhões em 2020. Os gastos em saneamento foram de R\$ 2,2 bilhões em 2002 para R\$ 5,4 bilhões em 2010. Por fim, em previdência social, o gasto social foi de 160 bilhões em 2002 e de R\$ 303,5 bilhões em 2010 (CASTRO *et al.*, 2012)⁴.

A agenda governamental, que teve início em 2003, possibilitou a concretização de direitos e ações efetivas a partir da criação de um conjunto de políticas sociais, programas e ações integradas, principalmente voltadas ao combate à fome e à pobreza (CUNHA, 2017; SAMPAIO, 2010). Para tanto, contou com ampla participação popular e com uma gestão compartilhada entre Estados e municípios, alinhando crescimento econômico com desenvolvimento e inclusão social (SAMPALIO, 2010). Ações e políticas de assistência social anteriores a esse período tiveram caráter fragmentado e com reduzida utilização dos espaços de participação (CUNHA, 2017).

Foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), responsável pelas políticas de inclusão social, como: Assistência Social, por meio do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e serviços socioassistenciais articulados aos benefícios e programas de transferência de renda, Programa Bolsa Família (PBF), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Política de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e Programas de Inclusão Produtiva (SAMPALIO, 2010).

Entre 2004 e 2010 a renda *per capita* cresceu 2,9% como média anual, a desigualdade da renda pessoal caiu 1,5% em média ao ano, houve redução média anual da taxa de desemprego (5,2%) e da pobreza (4,8%) e aumento médio anual no valor real do salário mínimo (7,1%), na ocupação (3,2%) e nos anos de escolaridade (3,8%) dos brasileiros (POCHMANN, 2011).

O PBF atendeu, até 2010, mais de 40 milhões de pessoas, contribuindo para diminuir o percentual de pessoas que viviam em situação de miséria extrema entre 2003 e 2010. Em torno de 28 milhões de pessoas saíram da linha da pobreza monetária definida pelo Banco Mundial (FAGNANI, 2011). Entre 2002 e 2008 a transferência de renda aos segmentos mais vulneráveis da população passou de 134,7 bilhões de reais para 305,3 bilhões de reais (POCHMANN, 2011). Ao analisarem o efeito das transferências públicas para a redução da desigualdade no Brasil en-

³ Será mantido o termo “gasto”, respeitando a expressão utilizada pelos autores referenciados.

⁴ Valores calculados em dezembro de 2011, corrigidos pelo IPCA mensal.

tre 2001e 2005, Barros, Carvalho e Franco (2007) estimaram que o PBF foi responsável por 12% da queda do índice de Gini.

A política de valorização do salário mínimo investiu um trilhão de reais nos trabalhadores de salário de base entre 2003 e 2010 (POCHMANN, 2011). Essa valorização real do salário mínimo respondeu por 72,4% da redução da desigualdade do rendimento domiciliar *per capita* entre 1995 e 2013, por meio dos canais da previdência (37,7%), do mercado de trabalho (26,3%) e do Benefício de Prestação Continuada (8,4%) (BRITO, 2015).

O crescimento do salário mínimo entre 2003 e 2010 teve impacto positivo não somente sobre a renda do trabalhador, mas também sobre a renda dos beneficiários da seguridade social (FAGNANI, 2011). Entre 2003 e 2008 o rendimento médio familiar *per capita* na base da distribuição da renda no Brasil (10% mais pobres) cresceu 9,1% ao ano em média (POCHMANN, 2011).

O número de postos de trabalho formais subiu de 1,9 milhão (entre 1998 e 2003) para 8,1 milhões (entre 2004 e 2009) (POCHMANN, 2011). A educação ganhou mais espaço no orçamento da União, e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) ampliou as transferências federais para os entes subnacionais (PERES; SANTOS, 2020). No campo da habitação, o Programa Minha Casa, Minha Vida adotou instrumentos de financiamento mais flexíveis, facilitando o acesso à habitação aos estratos de baixa renda (FAGNANI, 2011; IPEA, 2011, WITTMANN *et al.*, 2021).

Na Assistência Social a ampliação orçamentária teve a estruturação do Bolsa Família como elemento fundamental, além da ampliação do BPC e a estruturação programática do Suas (PERES; SANTOS, 2020). No âmbito da saúde, inovou-se na atuação sobre os condicionantes da saúde, com avanços qualitativos na garantia de ações e serviços que promovem, protegem e recuperam a saúde individual e coletiva a cargo do Sistema Único de Saúde (SUS) (MENICUCCI, 2011).

A aposta na capacidade das políticas sociais em dinamizar o mercado interno e, por meio da demanda de consumo das famílias, proporcionar crescimento econômico, foi o ineditismo desse projeto de governo. O crescimento econômico com redistribuição social proporcionou melhoria de vida para grande parte da população brasileira que nunca teve acesso à riqueza socialmente produzida (PASSOS; GUEDES, 2015).

Embora tenham ocorrido avanços, o Brasil ainda é um país de elevado índice de desigualdade social. A síntese de indicadores sociais referentes a 2019, publicados pelo IBGE em maio de 2020, mostraram o crescimento da desigualdade no país. O índice de Gini do rendimento médio manteve-se no maior nível da série, em 0,509⁵. Houve tendência de redução do indicador no período entre 2012 e 2015, quando chegou a 0,494, mas o índice voltou a subir a partir de 2016 (IBGE, 2020).

O relatório sobre segurança alimentar e nutrição, publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2020, mostrou que a curva de desnutrição do Brasil voltou a crescer e estima-se que, das 108 milhões de pessoas que passam fome no mundo, pelo menos 9 milhões estão

⁵ Quanto mais próximo de zero menor a desigualdade. Quanto mais próximo de um maior a desigualdade existente.

no Brasil e cerca de 7 milhões não possuem perspectiva de quando será sua próxima refeição (FAO *et al.*, 2020).

Essa realidade mostra que a continuidade de políticas sociais como políticas de Estado é condição essencial para garantir condições dignas de vida, com vistas à tão almejada igualdade econômica, social e ambiental. Para mensurar o bem-estar social, os indicadores de desenvolvimento social são um importante instrumento de verificação de mudanças sociais. Eles apresentam-se como um contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB), principal indicador utilizado para medir o desenvolvimento de um país.

As principais críticas referentes ao PIB referem-se à sua incapacidade de distinguir o que é produtivo ou destrutivo, o que eleva ou rebaixa a condição humana e a proteção ou destruição dos recursos naturais. Seu cálculo também não é significativamente correlacionado ao desemprego e às desigualdades socioeconômicas, fatores fundamentais para o bem-estar social (LOUETTE, 2009).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas contabiliza renda, saúde e educação a partir de dados de expectativa de vida ao nascer, educação e PIB (PPC) *per capita* (como um indicador do padrão de vida). O Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) é publicado anualmente pelo PNUD desde 1993 (PNUD, 2014). O IDH teve papel fundamental no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para 2015 (GUIMARÃES; FEICHAS, 2009).

O índice também recebe muitas críticas por não incluir dimensões ecológicas (SAGAR; NAJAM, 1998), além de não abranger aspectos fundamentais do desenvolvimento humano, como o bem-estar mental, liberdades políticas, equidades econômicas, sociais, ambientais, incluindo equidades de gênero, condições dignas de trabalho e lazer, entre outros (RANIS; STEWART; SAMMAN, 2006). Ainda assim, a incorporação de variáveis sociais na mensuração do desenvolvimento foi fundamental para abrir a discussão sobre sustentabilidade, além de sua capacidade de comunicação junto a sociedade, o que faz do IDH uma referência mundial como indicador de desenvolvimento humano (GUIMARÃES; FEICHAS, 2009).

Baseados na concepção de desenvolvimento humano e social presente no IDH e nos investimentos sociais realizados na primeira década dos anos 2000, essa proposta buscou apresentar a transformação ocorrida nos municípios do Estado de Minas Gerais a partir de indicadores de renda, educação e saúde.

POLÍTICAS SOCIAIS E OS EFEITOS REGIONAIS E LOCAIS

A desigualdade na distribuição da renda nos municípios de Minas Gerais reduziu entre 2000 e 2010, período em que a renda destas localidades passou a ser distribuída de forma mais equitativa (BEIRÃO; BARBOSA; LEITE, 2019). As políticas públicas, entretanto, têm efeitos diversos em diferentes regiões, podendo refletir uma resposta mais universal ou mais distante sobre o desenvolvimento das regiões (PETRANSKI; TERNOSKI, 2021).

Até mesmo em Estados considerados mais desenvolvidas no país, como o Paraná, as realidades socioeconômicas dos municípios são heterogêneas e com desenvolvimento desequilibrado, demandando análise e formulação de políticas públicas específicas para cada região (COSTA; SILVEIRA, 2011; PETRANSKI; TERNOSKI, 2021).

Com relação a Minas Gerais, Haddad (2004) ressaltou que aproximadamente 94% dos municípios tinham renda *per capita* inferior à média nacional, com concentração de municípios na faixa de 30% a 70% da média nacional. Entre os 50 piores resultados de Municípios Economicamente Deprimidos com Baixo Potencial Endógeno, 46 pertenciam às regiões de planejamento Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri. Perobelli, Ferreira, Faria (2015) analisaram as disparidades econômicas entre os municípios de Minas Gerais entre 1975 e 2003 e mostraram um aumento das disparidades regionais no Estado de Minas Gerais, mas diminuição das disparidades regionais entre 1996 a 2003.

Theóphilo (2013) analisou os programas de Combate à Pobreza Rural (PCPR), Cidadão Nota 10 (PCN10) e Leite Pela Vida (PLPV), geridos pelo Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Idene), na região do Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri, no período de 2005 a 2010. Apesar da não manutenção da eficiência dos programas no período, os indicadores sociais e econômicos relacionados aos objetivos dos programas na região demonstraram significativas evoluções.

Ao analisar o acesso e a oferta de serviços de saúde para a população pertencente aos estratos de renda mais baixos para as mesorregiões de Minas Gerais, Sousa (2019) mostrou o alto nível de desigualdade latente na população de Minas Gerais, sobretudo entre as mesorregiões. O maior acesso para os décimos de renda mais baixos aconteceu nas regiões mais desenvolvidas. As regiões mais pobres, entretanto, foram as que mais realizam desembolso direto para acesso a produtos e serviços de saúde a despeito de as mesmas acessarem mais o atendimento médico de saúde do SUS e apresentarem baixa cobertura de plano de saúde.

Romero e Fortes (2007) compararam os dados socioeconômicos das capitais brasileiras e cidades mineiras com população acima de 50.000 habitantes e concluíram que, quando considerados separadamente, o índice de educação e o produto interno bruto afetaram o IDH de forma significativa, mas o efeito do índice de saúde e longevidade foi menor. Fabel e Teles (2018) aplicaram o índice de pobreza multidimensional (IPM) ao Estado de Minas Gerais e os resultados mostraram um índice relativamente baixo, sendo 0,0329 (2009), 0,0226 (2011) e 0,0155 (2013), indicando tendência de redução ao longo dos anos.

Vê-se que a diferença marcante entre as regiões de Minas Gerais, que se apresenta tanto a partir de variáveis econômicas quanto sociais, pode ser explicada devido à extensão territorial e à concentração da produção e população em determinadas áreas (REIS; SILVEIRA; BRAGA, 2013). Para Reis, Silveira e Braga (2013), a disparidade regional do Estado também pode ser observada quando são abordados outros indicadores, como a proporção de idosos em relação à população total dos municípios, que tende a ser maior nos municípios menores. Isso explica-se pela questão de que quanto menor o município mais incipiente é a economia local, o que faz com que a população em idade ativa migre para outros lugares em busca de novas oportunidades.

Devido a essas diferenças e a esse cenário de desigualdade, torna-se essencial o papel desempenhado pelo poder público por meio de políticas sociais, e, nesse sentido, a previdência social torna-se um elemento importante, que pode gerar desenvolvimento socioeconômico (REIS; SILVEIRA; BRAGA, 2013). Assim, recursos advindos da previdência social podem impactar positivamente os municípios do Estado ao garantir a movimentação da atividade econômica com ênfase nos setores de comércio e serviços, conforme defendido por Reis, Silveira e Braga (2013).

A despeito dos diferentes contextos de análise, as pesquisas mostraram que tanto o acesso às políticas sociais quanto seus resultados positivos no bem-estar da sociedade e do desenvolvimento sofrem variações de região para região e de localidade para localidade. Além disso, efeitos positivos foram observados na melhoria de indicadores de desenvolvimento econômico e social, na melhor distribuição de renda entre os municípios e na diminuição de disparidades entre as regiões do Estado de Minas Gerais, mas ainda há diferenças latentes de acesso a serviços de saúde entre as mesorregiões.

METODOLOGIA

Para verificar as mudanças no bem-estar social dos municípios mineiros entre 2000 e 2010, os dados sobre saúde e saneamento, educação e situação econômica para os 853 municípios do Estado de Minas Gerais foram coletados do Censo Demográfico referentes aos anos de 2000 e 2010 (IBGE) e também no Atlas do Desenvolvimento Humano. Foram realizados dois tipos de análises: análise descritiva dos dados e estimação da regressão linear. A base de dados foi inserida no software SPSS® para as análises descritivas e a posterior estimação da regressão linear.

A metodologia utilizada dividiu-se em duas etapas. Para verificar se os investimentos em políticas sociais provocaram mudanças no bem-estar social dos municípios mineiros entre 2000 e 2010 e identificar em quais regiões do Estado mineiro as mudanças foram mais significativas, a primeira etapa consistiu em apresentar um diagnóstico analítico e descritivo do cálculo do Índice de Bem-Estar Social (Ibes) a partir dos indicadores de Saúde e Saneamento (ISS), de Economia (Ieco) e de Educação (IED) para os municípios de Minas Gerais, buscando hierarquizá-los no contexto estadual. Para isso, utilizou-se da estatística descritiva via análise tabular e gráfica. Para tanto, foi utilizado o *software* ArcMap®. Para entender o reflexo dos investimentos sociais em forma de gastos no bem-estar e na melhoria das condições de vida da população mineira, a segunda etapa baseou-se em explicitar os coeficientes de correlação bem como analisar quais os gastos (por função) tiveram maior impacto sobre o Ibes mineiro nos anos de 2000 e 2010, utilizando o método de Mínimos Quadrados Ordinários (*Least Squares*).

Diagnóstico Analítico e Descritivo das Variáveis Analisadas

A estatística descritiva objetiva descrever os dados das variáveis de uma amostra ou população. Consiste na obtenção, organização e resumo, bem como fazer uma análise e interpretação de tais dados. Bussab e Morettin (2004) salientam que uma análise descritiva dos dados se limita a calcular algumas medidas de posição e variabilidade como a média e a variância, por exemplo. Ainda de acordo com esses autores, as técnicas gráficas também são utilizadas para compor a estatística descritiva. Nesse sentido, serão utilizadas, neste estudo, tanto as medidas de posição e variabilidade quanto as técnicas gráficas para organizar, resumir e interpretar os dados.

A estatística descritiva, portanto, é um conjunto de técnicas analíticas empregada para resumir os dados em uma investigação científica. As medidas descritivas que serão utilizadas neste estudo são: medidas de posição e medidas de dispersão. Dentre as medidas de posição existentes será utilizada a média aritmética, a mediana e a moda, e entre as medidas de disper-

são será usado o desvio padrão, além dos valores máximo e mínimo das variáveis analisadas entre os municípios ao longo do tempo.

É importante salientar que no presente estudo os indicadores são construídos para os municípios e não para o país. Tais indicadores serão sistematizados a partir de uma padronização para que os mesmos fiquem numa escala entre zero e um. A padronização obedece à seguinte fórmula:

$$Y_i = X_i - m / M - m \quad (1)$$

em que X_i é o valor observado da variável relacionada ao município i analisado, m o valor mínimo observado entre os municípios i e M o valor máximo observado para a variável nestes mesmos municípios. Sendo assim, municípios com valores próximos a zero indicam um nível de desenvolvimento débil, e valores próximos a um sugerem que os municípios possuem maior grau de desenvolvimento.

Serão utilizados dados referentes à saúde e saneamento, à educação e à situação econômica para 853 municípios do Estado de Minas Gerais disponíveis no Censo Demográfico do ano de 2000 e de 2010⁶ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e também no Atlas do Desenvolvimento Humano. Será calculado um índice global de desenvolvimento dos municípios denominado Índice de Bem-Estar Social (Ibes), que é decomposto pelos seguintes subíndices, conforme proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2014).

Índice de Saúde e Saneamento (ISS): Demonstra a situação dos municípios quanto ao atendimento sanitário e variáveis de saúde. Será calculado da seguinte forma:

$$\text{ISS} = (\text{população em domicílios com água encanada} + \text{população em domicílios com coleta de lixo} + \text{mortalidade infantil} + \text{esperança de vida ao nascer} + \text{taxa de fecundidade}) / 5. \quad (2)$$

Índice Econômico (Ieco): Contempla o mercado de trabalho e a distribuição da renda a partir do índice de Gini e a renda *per capita*. Será calculado conforme a fórmula:

$$\text{Ieco} = (\text{Índice de Gini} + \text{Renda per capita} + \text{taxa de desocupação} + \text{Pobreza}) / 4 \quad (3)$$

Índice de Educação (IED): Mensura a situação educacional dos municípios por meio das variáveis de taxa de analfabetismo, escolaridade e expectativas de anos de estudo. É calculado a partir da seguinte fórmula:

$$\text{IED} = (\text{Taxa de Analfabetismo}, \text{Escolaridade}, \text{Expectativa de Anos de Estudo}) / 3 \quad (4)$$

Ao calcular os três subíndices foi determinado o Índice de Bem-Estar Social (Ibes) para os municípios mineiros, conforme a equação 5, para os anos de 2000 e 2010. De acordo com o PNUD (2014), os pontos de corte para representar os níveis socioeconômicos de determinada localidade são: indigência, baixo-baixo, baixo-médio, baixo-alto, médio-baixo, médio-médio,

⁶ É relevante ressaltar que o Censo é aplicado de dez em dez anos. O último Censo foi realizado no ano de 2010. O Censo de 2020 foi adiado devido ao corte de verbas e à pandemia do Coronavírus (Covid-19).

médio-alto, alto-baixo, alto-médio e alto-alto⁷. Com o Ibes já calculado, procedeu-se em classificar os municípios em termos de seu desenvolvimento de acordo com a Tabela 1 a seguir.

$$\text{Ibes} = (\text{ISS} + \text{IECO} + \text{IEC} / 3) \quad (5)$$

Tabela 1 – Classificação de acordo com o valor do Ibes

Ibes	Desenvolvimento do Município
Valor ≤ 0,499	Baixo
0,50 ≤ Valor ≤ 0,799	Médio
0,80 ≤ Valor ≤ 1,00	Alto

Fonte: Adaptado de PNUD, 2014.

Estratégia de Análise

A segunda etapa do processamento dos dados consiste na aplicação de técnicas de regressão linear múltipla em uma abordagem *cross-section* para detectar o impacto de cada gasto por função dos municípios mineiros sobre o Ibes. De acordo com Hair *et al.* (2005 p. 136), “a análise de regressão múltipla é uma técnica estatística que pode ser usada para analisar a relação entre uma única variável dependente (critério) e várias variáveis independentes (preditoras)”. Ademais, esta análise tem como objetivo utilizar as variáveis independentes cujos valores são desconhecidos para que se possa prever os valores da variável dependente escolhida pelo pesquisador. Neste estudo, a variável dependente será o Índice de Bem-Estar Social (Ibes) nos anos de 2000 e 2010.

Um dos métodos mais comuns para a estimação da regressão é pelo Método dos Mínimos Quadrados Ordinário (MQO), conforme especificado por Wooldridge (2011).

$$y = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + u \quad (6)$$

em que β_0 é o intercepto, β_1 mensura a variação em y com relação a x_1 , mantendo fixos outros fatores, e β_2 mede a variação em y com relação a x_2 , mantendo outros fatores fixos. Ainda seguindo Wooldridge (2011), para que este modelo seja corretamente aplicado é preciso cumprir com algumas hipóteses, quais sejam: 1) linearidade; 2) posto completo; 3) exogeneidade das variáveis independentes (média condicional zero); 4) homocedasticidade e não autocorrelação; 5) geração exógena dos dados; e 6) distribuição normal.

Hair *et al.* (2005) já destacavam o problema de endogeneidade, ao mostrar as complicações decorrentes da correlação entre as variáveis independentes no processo de interpretação dos resultados e possíveis vieses. A Hipótese de Média Condicional Zero (HMCZ) mostra que os valores assumidos pelas variáveis independentes não podem conter quaisquer informações sobre os valores médios dos erros, de modo que a média do erro é igual a zero para quaisquer valores das variáveis independentes. Quando a hipótese de geração exógena dos dados (hipótese 5) não for satisfeita, a regressão pode gerar resultados espúrios. Para evitar esses problemas, as

⁷ Para facilitar a visualização em análise gráfica, optou-se por dividir as faixas em três (baixo, médio e alto).

regressões estimadas passarão por testes de diagnóstico para atender às hipóteses do modelo, tais como teste de heterocedasticidade, teste de autocorrelação, e teste de distribuição.

Feitas estas considerações, serão estimados os coeficientes de correlação das variáveis assim como as seguintes retas de regressão para avaliar o impacto dos gastos por função sobre o Índice de Bem-Estar Social (IBES), conforme as equações 7 e 8 a seguir.

$$IBES_{2000} = \beta_0 + \beta_1 LGECpc_{2000} + \beta_2 LGSSpc_{2000} + \beta_3 LGSETpc_{2000} + \beta_4 LGHpc_{2000} + \beta_5 LGPVpc_{2000} + u \quad (7)$$

$$IBES_{2010} = \beta_0 + \beta_1 LGECpc_{2010} + \beta_2 LGSSpc_{2010} + \beta_3 LGSETpc_{2010} + \beta_4 LGHpc_{2010} + \beta_5 LGPVpc_{2010} + u \quad (8)$$

Optou-se por incluir na análise variáveis de gastos do governo municipal por função para satisfazer cada um dos indicadores que compõem o Ibes. O ISS foi contemplado pelos gastos por função em Saúde e Saneamento; o Ieco foi contemplado pelo somatório dos gastos por função em Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços para satisfazer os setores primário, secundário e terciário da economia; por fim, o IED foi contemplado pelos gastos por função em Educação e Cultura. Conforme apontado por Fagnani (2011), os gastos com habitação podem explicar o aumento do bem-estar, especialmente após os incentivos ao Programa Minha Casa Minha Vida. Sendo assim, optou-se por considerar também os gastos dos governos municipais por função em Habitação. Além destes, os gastos municipais em previdência também foram levados em consideração, apresentando-se como elemento importante, que pode gerar desenvolvimento socioeconômico (REIS; SILVEIRA; BRAGA, 2013).

A Tabela 2 resume as variáveis utilizadas, assim como sua unidade de medida e fonte.

Tabela 2 – Resumo das variáveis

Sigla da Variável	Descrição das Variáveis	Unid. de Medida	Fonte
Espac.	Municípios de Minas Gerais	Nominal	IBGE
Micro	Microrregião do IBGE	Nominal	IBGE
Meso	Mesorregião do IBGE	Nominal	IBGE
ISS2000	Índice de Saúde e Saneamento para o ano de 2000	Número Índice	ADH
ISS_2010	Índice de Saúde e Saneamento para o ano de 2010	Número Índice	ADH
IECO_2000	Índice Econômico para o ano de 2000	Número Índice	ADH
IECO_2010	Índice Econômico para o ano de 2010	Número Índice	ADH
IED_2000	Índice de Educação para o ano de 2000	Número Índice	ADH
IED_2010	Índice de Educação para o ano de 2010	Número Índice	ADH
IBES_2000	Índice de Bem-Estar Social para o ano de 2000	Número Índice	ADH

IBES_2010	Índice de Bem-Estar Social para o ano de 2010	Número Índice	ADH
LGECpc_2000	Logaritmo das Despesas por Função: Educação e Cultura <i>per capita</i> para o ano de 2000	Numérica	STN
LGECpc_2010	Logaritmo das Despesas por Função: Educação e Cultura <i>per capita</i> ⁸ para o ano de 2010	Numérica	STN
LGSSpc_2000	Logaritmo das Despesas por Função: Saúde e Saneamento <i>per capita</i> para o ano de 2000	Numérica	STN
LGSSpc_2010	Logaritmo das Despesas por Função: Saúde e Saneamento <i>per capita</i> para o ano de 2010	Numérica	STN
LGHpc_2000	Logaritmo das Despesas por Função: Habitação <i>per capita</i> para o ano de 2000	Numérica	STN
LGHpc_2010	Logaritmo das Despesas por Função: Habitação <i>per capita</i> para o ano de 2010	Numérica	STN
LGPVpc_2000	Logaritmo das Despesas por Função: Previdência <i>per capita</i> para o ano de 2000	Numérica	STN
LGPVpc_2010	Logaritmo das Despesas por Função: Previdência <i>per capita</i> para o ano de 2010	Numérica	STN
LGSETpc_2000	Logaritmo das Despesas por Função: Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços ⁹ <i>per capita</i> para o ano de 2000	Numérica	STN
LGSETpc_2010	Logaritmo das Despesas por Função: Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços <i>per capita</i> para o ano de 2010	Numérica	STN
Faixas2000	Faixa de Ibes de acordo com o PNUD em 2000	Nominal	PNUD
Faixas2010	Faixa de Ibes de acordo com o PNUD em 2010	Nominal	PNUD

Notas: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ADH – Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/STN – Secretaria do Tesouro Nacional

Fonte: Elaborada pelos autores.

Essas informações foram coletadas em âmbito municipal para os 853 municípios de Minas Gerais com dados disponíveis. A base de dados foi inserida no software SPSS® para as análises descritivas e a posterior estimação da regressão linear.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A análise dos resultados foi dividida em duas etapas. Primeiramente foi realizada uma análise descritiva dos dados e, posteriormente, foram mostrados os resultados obtidos a partir da estimação da regressão linear e suas contribuições para o estudo.

Mudanças Advindas das Políticas Públicas

É importante salientar que as variáveis sofreram mudanças significativas ao se comparar o ano de 2000 com o ano de 2010. Uma das formas de explicitar essas mudanças é por meio da análise descritiva e gráfica. A Tabela 3 resume as principais medidas de posição e variabilidade utilizadas para descrever as variáveis presentes no estudo. No geral, a média e a mediana dos índices melhoraram de 2000 para 2010 para todas as variáveis. Além disso, o desvio padrão

⁸ Optou-se por utilizar os dados de gastos per capita para ponderar pelo tamanho do município.

⁹ As despesas por função da agricultura foram somadas com as despesas por função da indústria, comércio e serviços.

reduziu, indicando que a variabilidade recuou; um bom indicativo de que as políticas adotadas surtiram efeito no que diz respeito à redução da disparidade dos municípios mineiros. A amplitude também sugere que a distância entre os municípios reduziu entre os dez anos de análise¹⁰. O índice de saúde foi o que apresentou uma melhora mais perceptível; isso pode ocorrer pelo fato de que o investimento em saúde possui uma resposta imediata quando comparado aos índices de educação e economia, por exemplo, cujo impacto se dá no longo prazo.

Tabela 3 – Estatísticas descritivas

Variável/Indicador	Média	Mediana	Desvio-padrão	Máximo	Mínimo	Amplitude
ISS_2000	0,698	0,741	0,162	0,989	0,127	0,862
ISS_2010	0,724	0,746	0,120	0,976	0,244	0,732
IECO_2000	0,600	0,614	0,129	0,864	0,185	0,679
IECO_2010	0,625	0,637	0,115	0,871	0,230	0,641
IED_2000	0,523	0,530	0,135	0,937	0,058	0,879
IED_2010	0,564	0,572	0,120	0,920	0,172	0,748
IBES_2000	0,607	0,636	0,131	0,869	0,233	0,636
IBES_2010	0,638	0,654	0,107	0,871	0,276	0,595

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados.

Outra importante ferramenta da estatística descritiva é o cruzamento de tabelas, o que permite cruzar informações métricas e não métricas, por exemplo. Neste estudo, um comparativo relevante a ser feito é o cruzamento entre as faixas do Ibes (baixo, médio e alto) com as mesorregiões do IBGE. Entende-se que os municípios do Norte de Minas são menos desenvolvidos que os do Sul/Sudoeste de Minas. Procedeu-se o cruzamento desses dados e a contagem para analisar se houveram mudanças significativas na quantidade de municípios que pertenciam a cada uma dessas faixas de acordo com a sua localização.

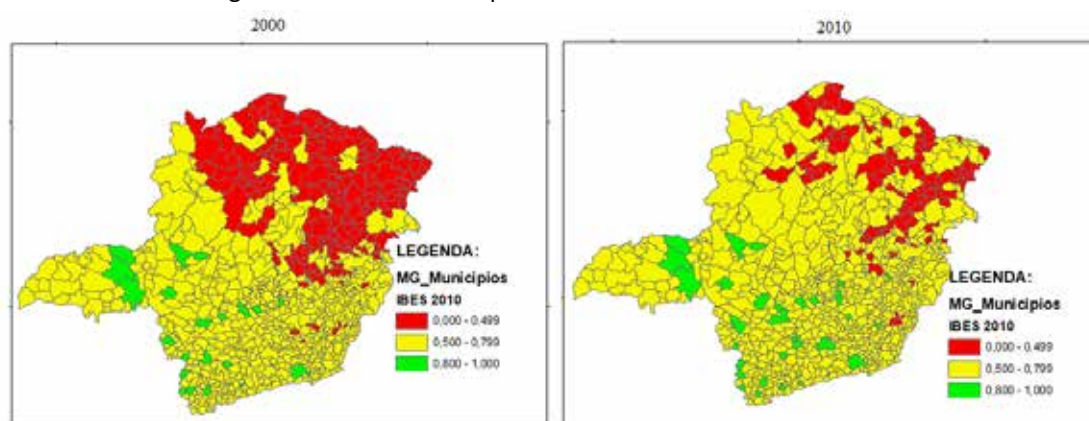
Dos 853 municípios mineiros, 99 deixaram a faixa baixa de Ibes (198 em 2000 para 99 em 2010). Foi possível perceber uma melhora nítida para as mesorregiões Jequitinhonha, Norte de Minas, Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce quando se trata da faixa de Ibes baixo. Por exemplo, em 2000, existiam 75 municípios no Norte de Minas com Ibes baixo; no ano de 2010 este número caiu para 38 (uma queda de aproximadamente 50%). Apesar de não ter sido percebida uma mudança de Ibes baixo para alto nas quatro regiões citadas, houve um incremento significativo para a faixa de Ibes média em 2010.

Saíram da faixa baixa de Ibes em 2000 para média em 2010, 102 municípios, posto que 36,27% são da mesorregião do Norte de Minas, 23,53% são do Jequitinhonha, 22,55% são do Vale do Rio Doce e 4,90% são do Vale do Mucuri. Mudaram da faixa média de Ibes para a faixa alta 20 municípios, sendo 40% do Sul de Minas e 25% da região Metropolitana.

¹⁰Como trata-se de 853 municípios, os valores máximo e mínimo, que neste estudo também podem ser considerados como *outliers*, podem sugerir a necessidade de uma investigação mais profunda e qualitativa sobre os motivos pelos quais alguns municípios diferem tanto de outros. Por exemplo, o valor mínimo para o índice de educação em 2000 foi muito próximo de zero (indicando um débil desenvolvimento) e se trata do município de São João das Missões, localizado na mesorregião do norte de Minas. Enquanto isso, para o mesmo ano, o valor máximo de 0,937 pertencia ao município de Belo Horizonte. A amplitude do índice de educação é significativa e os motivos disso requer uma investigação mais profunda e qualitativa.

Percebeu-se, novamente, uma melhora significativa no Índice de Bem-Estar Social no ano de 2010 quando comparado ao ano de 2000. Percentualmente, em 2000, aproximadamente 90% dos municípios do Norte de Minas e Jequitinhonha eram classificados na faixa de Ibes baixo, o que sugere um débil desenvolvimento; já em 2010 este percentual caiu para aproximadamente 40%. Mesorregiões como Noroeste de Minas e Central Mineira não possuíam mais municípios na faixa baixa em 2010. A Figura 1 ilustra a mudança no indicador para os anos de 2000 e 2010, principalmente na faixa baixa do Ibes.

Figura 1 – Ibes dos municípios mineiros nos anos de 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados.

Apesar de terem havido sutis mudanças nas faixas altas de Ibes, a maior parte delas ocorreu na faixa de Ibes baixo; uma possível explicação para isto está no fato de que um aumento adicional nos investimentos (seja em educação, saúde ou em termos econômicos) possui uma utilidade maior nos municípios pobres. A instalação de postos de saúde nesses municípios, por exemplo, tem uma utilidade marginal maior do que em municípios mais ricos, nos quais os problemas de saúde e, principalmente, os de saneamento, já estão sanados.

Indicadores, Resultados e seus Impactos

Embora seja de extrema relevância analisar como os indicadores evoluíram após um intervalo de dez anos, é importante também mensurar o reflexo dos investimentos sociais em forma de gastos do governo na tentativa de verificar quais deles apresentaram maior impacto sobre o Ibes. Apesar de as variações no campo do bem-estar serem amplas e complexas, envolvendo muitas variáveis, o Ibes faz uma tentativa de captar algumas delas e, ao demonstrar qual o tipo do gasto governamental mais impactou o indicador, auxilia os formuladores de política na escolha por determinados tipos de investimentos. Antes de apresentar os resultados da regressão, é importante analisar os coeficientes de correlação, cujos resultados são determinantes para o tipo de regressão estimada neste estudo.

Tabela 4 – Correlação das variáveis

	IBES_2000	LGECpc_2000	LGSETpc_2000	LGSSpc_2000	LGHpc_2000	LGPVpc_2000
IBES_2000	1,000					
LGECpc_2000	0,034	1,000				
LGSETpc_2000	-0,009	0,203	1,000			
LGSSpc_2000	0,210	0,703	0,197	1,000		
LGHpc_2000	0,335	0,506	0,359	0,508	1,000	
LGPVpc_2000	0,160	0,537	0,183	0,475	0,359	1,000
	IBES_2010	LGECpc_2010	LGSETpc_2010	LGSSpc_2010	LGHpc_2010	LGPVpc_2010
IBES_2010	1,000					
LGECpc_2010	-0,046	1,000				
LGSETpc_2010	0,046	0,399	1,000			
LGSSpc_2010	0,161	0,700	0,441	1,000		
LGHpc_2010	0,038	0,509	0,294	0,445	1,000	
LGPVpc_2010	0,023	0,573	0,349	0,554	0,403	1,000

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados.

A correlação mede o grau de associação linear entre as variáveis. Quanto mais próximo de um maior é o relacionamento e quanto mais próximo de zero menor. É possível verificar que, no que se refere ao relacionamento entre os gastos dos governos mineiros por função e a melhora no bem-estar (Ibes), as estimativas foram consideradas baixas. Um dos fatores que explica esta baixa associação pode estar no fato de que os gastos dispendidos pelo governo carecem de um lapso temporal para apresentar efeitos. É importante ressaltar, todavia, que, com exceção dos gastos por setor da economia em 2000 (LGSETpc_2000) e os gastos em educação e cultura em 2010 (LGECpc_2010), todos os outros gastos apresentaram uma correlação positiva com o indicador de bem-estar, demonstrando que, apesar de fraca, existe uma relação positiva em investimento nas pessoas e o aumento do bem-estar.

A tentativa de decompor a medida de bem-estar em um índice para vários municípios avança na pesquisa sobre efeitos regionais e locais. Como apontado por Dowbor (2018), apesar de serem denominados como gastos, os investimentos nas pessoas – por meio de políticas sociais – assegura o consumo coletivo e melhora o bem-estar das famílias fazendo com que a economia se torne mais produtiva. É importante ressaltar que não somente os investimentos realizados no setor econômico são convertidos em melhorias na percepção de bem-estar. Sachs (2008) assevera que o desenvolvimento deve equilibrar diferentes dimensões (ambiental, econômica, social, cultural e espacial), superando a ideia de que o crescimento econômico será capaz de reduzir as disparidades.

Neste sentido, além de reconhecer a importância do gasto do governo na melhoria do bem-estar da população mineira, identificar quais os gastos mais impactaram o Ibes nos anos de análise avança na estruturação de políticas sociais. Essa identificação é possível a partir da estimação das equações 6 e 7. As Tabelas 5 e 6 reportam os resultados das estimativas.

Os resultados permitem inferir que, para o ano de 2000, os gastos dispendidos pelos municípios mineiros foram capazes de influenciar o indicador de bem-estar, haja vista que as estimativas são estatisticamente significativas, isto é, pode-se confiar nos valores reportados. Em primeiro lugar, em termos de magnitude, verifica-se que o investimento que mais apresentou

impacto ao bem-estar foi o correspondente à habitação, seguido pelo de saúde e saneamento. Em conformidade com Wittman *et al.* (2021), a habitação adequada auxilia em muitos aspectos positivos, como a redução do déficit habitacional, diminuição da pobreza, redução da mortalidade infantil, entre outras.

Tabela 5 – Relação entre o Ibes 2000 e os gastos municipais por função

Variável Dependente: Ibes_2000				
Variáveis	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística t	Probabilidade
LGECpc_2000	-0,212	0,026	-7,882	0,000***
LGSETpc_2000	-0,013	0,007	-1,762	0,078*
LGSSpc_2000	0,119	0,022	5,212	0,000***
LGHpc_2000	0,141	0,014	9,726	0,000***
LGPVpc_2000	0,048	0,014	3,348	0,000***
C	0,567	0,039	14,319	0,000***
Número Observações: 853			R ² : 0,1814	
F-Statistic: 36,884			R ² ajustado: 0,1765	
Prob (F-Statistic): 0,000				
Durbin-Watson: 1,972				

Significância das variáveis: * (a 10%); ** (a 5%) e *** (a 1%).

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados.

Tabela 6 – Relação entre o Ibes 2010 e os gastos municipais por função

Variável Dependente: Ibes_2010				
Variáveis	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística t	Probabilidade
LGECpc_2010	-0,173	0,027	-6,344	0,000***
LGSETpc_2010	0,000	0,008	0,064	0,948
LGSSpc_2010	0,190	0,024	7,641	0,000***
LGHpc_2010	0,013	0,012	1,035	0,300
C	0,578	0,051	11,151	0,00***
Número Observações: 853			R ² : 0,077	
F-Statistic: 14,048			R ² ajustado: 0,071	
Prob (F-Statistic): 0,000				
Durbin-Watson: 1,892				

Significância das variáveis: * (a 10%); ** (a 5%) e *** (a 1%).

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados.

Juntamente com uma infraestrutura mínima de saneamento, a habitação apresenta uma série de vantagens no que diz respeito ao bem-estar humano. Um dos fatores que pode explicar este resultado é o impacto imediato que uma melhora nas condições de saúde e saneamento traz na vida da população. Ao cruzar essas informações com as obtidas na análise descritiva, especialmente as resumidas na Figura 1, percebe-se o quanto o investimento em saúde e saneamento foi capaz de melhorar as condições de vida das regiões mineiras menos favorecidas.

Em segundo lugar, tanto o gasto em educação e cultura quanto o gasto dispendido nos setores da economia, em 2000, demonstraram uma relação inversa entre o dispêndio e o bem-estar. É preciso cautela ao analisar esses resultados, haja vista que os dispêndios em educação e cultura, principalmente, não são de resposta imediata. Por outro lado, este resultado corro-

bora as discussões sobre suplantar a ideia de crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Os resultados apoiam que o desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e aumento de produtividade (FURTADO, 2004), mas uma ampliação das possibilidades de escolha e da expansão das potencialidades humanas (VEIGA, 2001). Não significa que o investimento em setores econômicos não seja necessário, mas é preciso haver um entendimento maior de que a melhora no bem-estar humano está ligada, também, a investimentos em frentes socioculturais, como saúde, educação, comunicação, direitos e liberdade.

Ademais, o relacionamento positivo e significativo dos gastos em previdência em 2000 está em conformidade com Reis, Silveira e Braga (2013), na medida em que reconhece o papel desempenhado pelo poder público em gerar desenvolvimento socioeconômico por meio de políticas sociais, sendo investimento em previdência uma delas. A tendência dos municípios menores em possuir proporção maior de idosos em relação à população total também justifica o investimento em previdência, observada a disparidade regional do Estado de Minas Gerais.

No que se refere às estimativas para o ano de 2010 é necessário destacar alguns pontos. Apenas os gastos referentes à Saúde e Saneamento e Educação e Cultura apresentaram estimativas significativas. Isto significa que, neste período de análise, estes gastos foram capazes de alterar o bem-estar da população mineira. Em relação aos outros gastos, as estimativas estatisticamente insignificantes não permitem maiores conclusões. Novamente é preciso ter cautela ao interpretar os resultados. Não significa afirmar que os outros gastos dispendidos pelos municípios mineiros não surtiram efeito; pelo contrário, na análise descritiva ficou clara a melhoria do índice de bem-estar em si. O que a regressão demonstra é que podem ter havido outros tipos de gastos ou outras variáveis que melhor explicariam as mudanças.

Em segundo lugar, se se pensar a melhoria do bem-estar em termos marginais, é razoável imaginar que, como os municípios mineiros encontravam-se em piores situações em termos de bem-estar no ano de 2000 comparativamente ao ano de 2010, o gasto realizado no ano de 2000 possui um efeito marginal maior do que em 2010, considerando que a regressão leva em consideração o bem-estar geral da população mineira.

Os resultados apresentados permitem alguns apontamentos relevantes. Por um lado, tem-se que a melhoria no bem-estar está relacionada a uma esfera mais holística de fatores e não somente aos fatores econômicos. De outro, tem-se que os investimentos realizados em forma de gastos nos municípios, além de ter melhorado nos anos analisados, permitiu identificar alguns direcionamentos, como a importância dos gastos em Saúde e Saneamento, Habitação, Previdência, entre outros. Embora alguns gastos não tenham apresentado valores significativos, este estudo pode fornecer uma base para análises futuras, inclusive qualitativas, haja vista a densidade dos dados coletados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi verificar se os investimentos em políticas sociais provocaram mudanças no bem-estar social dos municípios mineiros entre 2000 e 2010, buscando conhecer em quais regiões do Estado as mudanças foram mais significativas.

Observou-se que existe uma diferença no que diz respeito ao desenvolvimento em diferentes regiões do Estado, mas foi possível notar uma melhoria nos indicadores sociais e econô-

micos advinda da criação de políticas sociais. Identificou-se que os gastos em saúde e saneamento, habitação e previdência foram os que tiveram maior impacto sobre o Ibes, demonstrando que investimentos governamentais geram mudanças significativas para a população.

Os gastos relacionados ao setor econômico foram os de menor impacto no Ibes, mostrando que uma análise focada apenas em aspectos econômicos não resultou em desenvolvimento social.

Para a realização desta pesquisa deparou-se com certas limitações. A última relação de dados obtida foi do ano de 2010. Outra questão é a que a visão de indicadores pode ser limitada. Para pesquisas futuras, sugere-se realizar uma análise mais profunda, podendo triangular metodologias qualitativas. Apesar das incertezas quanto à realização de novo censo e a despeito do desmanche dos institutos de pesquisa, recomenda-se, ainda, nova análise, considerando o período 2010-2022. Atenta-se para as insuficiências nos indicadores sociais, dado a complexidade de mensuração de aspectos subjetivos como o bem-estar e os aspectos culturais que usualmente são desconsiderados em quaisquer indicadores, definindo um padrão de qualidade de vida satisfatório desconsiderando as particularidades de diferentes tipos de sociedades.

REFERÊNCIAS

- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. *Desenvolvimento Humano*. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/desenvolvimento_humano/. Acesso em: 27 nov. 2018.
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. O papel das transferências públicas na queda recente da desigualdade de renda brasileira. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M.; ULYSSEA, G. (org.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: Ipea, 2007.
- BEIRÃO, E. S.; BARBOSA, E. V. P.; LEITE, M. E. Desigualdade na distribuição de renda nos municípios do Estado de Minas Gerais. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, v. 41, p. 1-11, 2019.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Artigo 6º. Direitos Sociais. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRITO, A. S. *O papel do salário mínimo na redução da desigualdade na distribuição de renda no Brasil entre 1995 e 2013*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas), Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Economia, Niterói.
- BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. *Estatística básica*. 5.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.
- CASTRO, J. A. de. Política social e desenvolvimento no Brasil. *Economia e Sociedade*, v. 21, n. especial, p. 1.011-1.042, dez. 2012.
- CASTRO, J. A.; RIBEIRO, J. A. C.; CHAVES, J. V.; DUARTE, B. C. Nota técnica. Gasto Social Federal: prioridade macroeconômica no período 1995-2010. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), n. 11, Brasília, set. 2012.
- CASTRO, J. A.; OLIVEIRA, M. G. Políticas públicas e desenvolvimento. In: MADEIRA, L. M. (org.). *Avaliação de políticas públicas*. Porto Alegre: UFRGS; Cegov, 2014.
- CATTANI, A. D. Desigualdades: os desafios para a sociologia. In: DUBET, F. *As desigualdades multiplicadas*. Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2003. p. 7-13.
- CEJA, C. M. La política social mexicana de cara a La pobreza. *Geo Crítica Scripta Nova*, v. 3, n. 176, p. 48-49, nov. 2004.
- COSTA, I. S.; SILVEIRA, F. R. Investigação dos estágios de desenvolvimento socioeconômico dos municípios do Estado do Paraná. In: XXV ENCONTRO DA ANPAD, 25., 2011. Rio de Janeiro: EnANPAD, 2011. p. 1-17.
- CUNHA, W. A. Política de assistência social no Brasil: avanços e desafios no pós-constituição de 1988. *Qualitas Revista Eletrônica*, v. 18, n. 1, p. 98-113, 2017. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2979>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- DOWBOR, L. *O fim da farsa: o fluxo financeiro integrado*. Texto publicado na página oficial do prof. Ladislau Dowbor, em 25 de junho de 2018. Disponível em: <https://dowbor.org/wp-content/uploads/2018/10/18-O-fim-da-farsa.docx>. Acesso em: 19 jun. 2021.

- DOWBOR, L.; SACHS, I.; LOPES, C. *Riscos e oportunidades: em tempos de mudanças*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.
- FAGNANI, E. A política social do governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. *IE/UNICAMP*, n. 192, jun. 2011.
- FAHEL, M.; TELES, L. R. Medindo a pobreza multidimensional do estado de Minas Gerais, Brasil: olhando para além da renda. *Revista de Administração Pública*, v. 52, n. 3, p. 386-416, maio/jun. 2018.
- FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2020*. Transforming food systems for affordable healthy diets. Rome: FAO, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/ca9692en>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- FURTADO, C. *Os Desafios à nova geração*. *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 4 (96), p. 483-486, 2004. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/96-1.PDF>. Acesso em: 28 nov. 2018.
- GREENE, W. H. *Econometric Analysis*. 7. ed. New York: Prentice Hall, 2012.
- GUIMARÃES, R. P.; FEICHAS, S. A. Q. Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. *Ambiente & Sociedade*, v. 12, n. 2, p. 307-323, jul./dez. 2009.
- HADDAD, P. R. Força e fraqueza dos municípios de Minas Gerais. Belo Horizonte. *Cadernos BMDG*, n. 8, abr. 2004.
- HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. *Análise multivariada de dados*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman Editora, 2005.
- HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, a. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.
- IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- IPEA. *Agenda 2030: ODS-Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: IPEA, 2018.
- IPEA. *Políticas públicas e financiamento federal do Sistema Único de Saúde*. Brasília: IPEA, 2011.
- JUSBASIL. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/290989/despesas-de-capital>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- KERSTENETZKY, C. L. *O estado do bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- LOUETTE, A. *Indicadores de nações: uma contribuição ao diálogo de sustentabilidade*. São Paulo: WHH, 2009.
- MAINGÓN, T. Las políticas sociales: discusión teórica, conceptual y metodológica. *Cuadernos del Cendes*, n. 19, p. 57-86, enero/abr. 1992.
- MALHOTRA, N. K. Review of marketing research. In: *Review of Marketing Research*. Emerald Group Publishing Limited, 2007. 835 p.
- MENICUCCI, T. M. G. A política de saúde no governo Lula. *Saúde e Sociedade*, v. 20, n. 2, p. 522-532, 2011.
- OXFAM BRASIL. A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras. *Brief Comunicação*, 2017. Disponível em <http://relatoriosdinamicos.com.br/mulheres/dnfile/e5n4be62482l5m9shfzt/pdf/publicacoes/1/a-distancia-que-nos-une---um-retrato-das-desigualdades-brasileiras.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- PERES, U. D.; SANTOS, F. P. Gasto público e desigualdade social: o orçamento do governo federal brasileiro entre 1995 e 2016. *RBCS*, v. 35, n. 103, p. 1-12, 2020.
- PEROBELLI, F. S.; FERREIRA, P. G. C.; FARIA, W. R. Análise de Convergência Espacial no Estado de Minas Gerais: 1975-2003. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 1, n. 1, 3 fev. 2015.
- PETRANSKI, J.; TERNOSKI, S. Relação entre políticas públicas, crescimento e desenvolvimento no centro paranaense. *Agenda Política*, v. 9, n. 1, p. 307-337, jan./abr. 2021.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: *o que é desenvolvimento humano*. 2014. Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH. Acesso em: 28 nov. 18.
- POCHMANN, M. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. *SER Social*, v. 13, n. 28, p. 12-40, jan./jun. 2011.
- RANIS, G.; STEWART, F.; SAMMAN, E. Human Development: Beyond the Human Development Index. *Journal of Human Development*, v. 7, n. 3, p. 323-258, 2006.

- REIS, P. R. C.; SILVEIRA, S. F. R.; BRAGA, M. J. Previdência social e desenvolvimento socioeconômico: impactos nos municípios de pequeno porte de Minas Gerais. *Revista de Administração Pública*, v. 47, p. 623-646, 2013.
- ROMERO, W. F.; FORTES, M. Desenvolvimento humano das capitais brasileiras e das maiores cidades mineiras. *Revista Reuna*, v. 12, n. 3, 2007.
- ROTTA, E.; DOS REIS, C. N. Desenvolvimento e políticas sociais: uma relação necessária. *Textos & Contextos*, v. 6, n. 2, p. 314-334, jul./dez. 2007.
- SACHS, I. *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 9, n. 25, set/dez 1995.
- SACHS, I. De volta à mão visível: os desafios da Segunda Cúpula da Terra no Rio de Janeiro. *Estudos avançados*, v. 26, p. 5-20, 2012.
- SACHS, J. *A riqueza de todos: a construção de uma economia sustentável em um planeta superpovoado, poluído e pobre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- SAGAR, A. D.; NAJAM, A. The human development index: a critical review. *Ecological Economics*, v. 25, n. 3, p. 249-264, jun. 1998.
- SAMPAIO, A. As políticas de desenvolvimento social no Brasil. In: COELHO, M. F. P.; TAPAJÓS, L. M. S.; RODRIGUES, M. (org.). *Políticas sociais para o desenvolvimento: Superar a pobreza e promover a inclusão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Unesco, 2010. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190752>. Acesso em: 28 nov. 2018.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. 6ª reimpressão. São Paulo: Ed. Schwarcz, 2007.
- SERAFIM, M. P.; DIAS, R. B. Análise de política: uma revisão da literatura. *Cadernos Gestão Social*, v. 3, n. 1, p. 121-134, jan./jun. 2012.
- SOUSA, A. V. F. N. *Efeitos distributivos das políticas sociais: a focalização da política de saúde por mesorregiões de Minas Gerais a partir da Pesquisa por Amostra de Domicílios (PAD-MG)*. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Belo Horizonte, 2019.
- SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. *Caderno CRH*, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.
- SOUZA, N. J. S. *Desenvolvimento econômico*. 5. ed. rev. São Paulo: Ed. Atlas, 2011.
- THEÓPHILO, Carlos Renato. *Planejamento público: os caminhos do desenvolvimento no Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri com o sistema SEDVAN/IDENE*. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 13., 2013, São Paulo: Fipecafi, 2013. p. 1-14.
- VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Revista Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a10.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- WCED, SPECIAL WORKING SESSION. World commission on environment and development. *Our common future*, v. 17, n. 1, p. 1-91, 1987.
- WITTMANN, M. B. et al. O Programa Minha Casa Minha Vida sob a perspectiva dos beneficiários e agente operacional. In: *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí: Editora Unijuí, v. 19, n. 55, p. 37-55, 2021.
- WOOLDRIDGE, J. M. *Introdução à econometria*. 4. ed. São Paulo: Editora Thomson, 2011.
- ZEIFERT, A. P. B.; CENCI, D. R.; MANCHINI, A. A justiça social e a agenda 2030: políticas de desenvolvimento para a construção de sociedades justas e inclusivas. *Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (Unifafibe)*, v. 8, n. 2, p. 30-52, 2020.